

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em Milhares de Reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, empresa pública sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, constituída com fundamento no art. 5º da Lei 3.115, de 16 de março de 1957, no disposto no Decreto 74.242, de 28 de junho de 1974, e no contido no Decreto 89.396, de 22 de fevereiro de 1984, rege-se-á pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por seu Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis. A Companhia tem por objetivo:

- a) a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, em consonância com o Plano Nacional de Viação e, destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano, constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- b) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas Regiões Metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
- c) a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;
- d) o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano, de pessoas; e
- e) a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

Tendo sob a sua operação os sistemas de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. O desempenho da CBTU revela a sua capacidade em promover a mobilidade e a acessibilidade da população ao transporte público, através da adoção de diretrizes que consolidem metrôs e Veículos Leves sobre Trilhos – VLT's como principais modais para as grandes e médias cidades brasileiras.

Neste exercício a CBTU apresentou Patrimônio Líquido negativo conforme descrito na **Nota 13 – Patrimônio Líquido**.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria da CBTU em 19 de maio de 2022.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os elementos apresentados nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a “moeda funcional”, que é também a moeda corrente nacional – denominada Real.

c) Uso de estimativa e julgamento

As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua. As notas explicativas 8b, 10, 22 e 23 se inserem nesse contexto.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Adicionalmente ao descrito acima, as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

I. Regime de escrituração das transações

É adotado o regime de competência de exercícios para registro das operações.

II. Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

III. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais, auferidos até a data do balanço, conforme CPC 38 e em conformidade com a Resolução do Banco Central do Brasil – BACEN nº 3284 de 25/05/2005.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

IV. Almoxarifados

Os estoques mantidos nos almoxarifados estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado. Está previsto para o exercício de 2022 a implantação de uma política de estoques de forma a atender o CPC 16.

V. Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido

Está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens;
- Amortização do ativo diferido pelo método linear, à taxa de 10% ao ano;
- A CBTU contratou uma empresa especializada para realização do teste de Impairment, cujo relatório emitido em 26/01/2022, não identificou a necessidade de registro de Provisão para Ajuste dos Bens a Valores Recuperáveis, bem como da necessidade de Revisão de Taxas de Depreciação.

VI. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios pós empregos.

VII. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

i. Ativos e passivos contingenciais

Um passivo ou ativo contingente é uma obrigação ou direito possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Contabilizado no balanço patrimonial quando a Companhia possui um passivo ou ativo, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtidos futuramente. Os passivos e ativos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue:

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo.
- **Passivos contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos mensuráveis. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitem sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

ii. Obrigações legais: fiscais e previdenciárias

Decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações contábeis.

VIII. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos respectivos períodos.

IX. Determinação do Valor Justo

As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para que estabeleça qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.

X. Demonstração do Valor Adicionado - DVA.

A partir do exercício de 2020, em atendimento aos dispositivos legais, em particular a Lei nº 13.303/2016 e o Decreto nº 8.945/2016 e regramento da CVM, a CBTU passou a apresentar a Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

A DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Empresa e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

NOTA 03 – DISPONIBILIDADE

Compõe este grupo os valores em Caixa, Valores em Trânsito oriundos da arrecadação, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata e a Conta Única do Tesouro Nacional, que engloba os repasses do tesouro e de recursos próprios para fazer face às despesas previstas no orçamento da CBTU. A rentabilidade líquida das aplicações no exercício foi de 2,1996% (2021 – 2,6683%).

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

	Mar/2022	Dez/2021
Caixa	80	80
Conta Única do Tesouro Nacional	60.040	44.732
Valores em Trânsito	2.455	3.491
Aplicações Financeiras	75.982	69.949
	138.557	118.252

NOTA 04 – CONTAS A RECEBER

As principais rubricas que compõem este grupo são as seguintes:

RFFSA – trata-se de desembolsos realizados pela CBTU, de responsabilidade da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, cujos valores mais relevantes são oriundos de desapropriações e obras realizadas pela CBTU, vitais para expansão do sistema de Belo Horizonte em áreas de influência de ambas as Empresas, tendo sido, desta forma, aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos. Tendo em vista estar, a extinta RFFSA, questionando por diversos motivos o referido critério de rateio de alguns valores, a CBTU, conservadoramente, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa aos valores sob questionamento.

Considerando que não houve acordo com a Inventariança da RFFSA, o processo foi encaminhado para a AGU de forma a mediar o entendimento entre as partes. As tratativas estão em curso, tendo sido realizadas várias reuniões com a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCCAF/AGU onde a CBTU apresentou suas considerações sobre os créditos, estando previsto ainda, no primeiro trimestre a discussão com as demais áreas envolvidas (MDR, Ministério da Economia e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN)

Créditos em Liquidação – nesta rubrica está registrado o valor devido pelo Consórcio Grande Recife, referente à parcela da CBTU na participação tarifária da integração

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

ônibus/metrô, por ter havido contestação por parte do consórcio dos valores apresentados pela CBTU.

Existem três processos judiciais em curso cobrando o débito o que ensejou também a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN pela CBTU.

Foi protocolada também Representação contra os Presidentes do Consórcio e do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros – Urbana, no Ministério Público Federal.

Considerando que não existe expectativa de solução dos créditos com a RFFSA, o recebimento dos precatórios da ação contra a prefeitura de São Paulo e com o Consórcio da Grande Recife em cobrança judicial, a CBTU considerando os preceitos do CPC-01, provisionou o total desses créditos como perdas ao valor recuperável.

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

	Mar/2022	Dez/2021
RFFSA	14.145	14.145
Aluguéis a Receber	2.772	2.238
Prefeitura de São Paulo	723	723
Empregados Cedidos	639	698
Créditos em Liquidação	99.295	99.447
OUTRAS	556	506
	118.130	117.757
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(110.299)	(110.299)
Total	7.831	7.458

NOTA 05 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais estão representados em sua relevância como segue:

- a) **Penhoras Judiciais** – referem-se a penhoras na receita de bilheteria, preponderantemente nas Superintendências de Trens Urbanos – STU's Recife e Belo Horizonte.

Até o exercício de 2019 os valores relativos as Penhoras Judiciais eram classificadas no Ativo Circulante, pelo entendimento que na sua forma, seriam valores reversíveis em até 365 dias, seja pela recuperação, em caso de vitória, ou seja pelo pagamento da sentença pela União, em caso de derrota. No caso da CBTU, a maturação dos processos que envolvem penhoras, ultrapassava esse período, podendo chegar a dois anos. Todo o saldo foi reclassificado para o Passivo Não Circulante, de forma aderente em sua essência, ao que preconiza o CPC 26.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Em 31 de março de 2022, a situação das Penhoras Judiciais da Empresa pode ser resumida como segue – **valores em R\$ mil**:

	Mar/2022				Dez/2021			
	BH	REC	OUTRAS	TOTAL	BH	REC	OUTRAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	71.568	6.172	225	77.965	86.652	6.056	225	92.933
Penhoras do Período	9.997	-	-	9.997	40.986	397	-	41.383
Recuperação de Penhoras	(13.595)	-	-	(13.595)	(56.070)	(281)	-	(56.351)
Saldo do Exercício	67.970	6.172	225	74.367	71.568	6.172	225	77.965

b) **Depósitos Judiciais** – referem-se basicamente a pagamentos de depósitos recursais trabalhistas, que visam à reforma da sentença; depósitos judiciais cíveis, que são para garantia do juízo até a solução final da ação.

Para a apuração e levantamento dos Depósitos Judiciais, a CBTU firmou, em novembro de 2021, convênio com a Caixa Econômica Federal e, em março de 2022, com o Banco do Brasil. A execução do trabalho se dará ao longo de 2022.

Composição de Depósitos Judiciais – valores em R\$ mil:

	Mar/2022	Dez/2021
Saldo do Exercício Anterior	129.706	125.918
Adições	12.997	6.606
Baixas	8.803	2.818
Saldo do Exercício	133.900	129.706

NOTA 06 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Representa os valores de processos de restituições de Tributos e Contribuições Federais, preponderantemente de Imposto de Renda retido sobre rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios, corrigidos pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 07 – IMOBILIZADO:

a) Composição do saldo – valores em R\$ mil:

CONTAS	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO (%)	Mar/2022	Dez/2021
Terrenos	-	364.088	364.088
Edificações	1,25 a 2,00	649.646	649.646
Instalações	2,00 a 3,33	848.137	848.137
Equipamentos de Transporte Ferroviário	2,50 a 5,00	1.152.021	1.150.063
Veículos	20	13.053	12.058
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	10	72.691	72.286
Outras Imobilizações Tangíveis	10	44.213	44.051
Imobilizações em Andamento	-	921.332	903.618
Correção Monetária – Lei 8.200/91	Diversas	452.191	452.281
		4.517.372	4.496.228
Depreciações Acumuladas		(1.472.489)	(1.456.056)
Redução Valor Recup. Imobilizado		(583.086)	(583.086)
Total:		2.461.797	2.457.086

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

	Mar/2022	Dez/2021
Saldo do Exercício Anterior	2.457.086	2.488.536
Adições / Doação	21.456	46.551
Baixas	(29)	(1.837)
Depreciações	(16.716)	(76.164)
Saldo do Exercício	2.461.797	2.457.086

b) Imobilizações em andamento:

Representa os investimentos em obras e aquisições cujos contratos estão em execução.

Existem valores pendentes de reclassificação para a conta de terrenos, oriundas de desapropriações nas STU's Belo Horizonte e Recife que não são depreciados, bem como as cisões para os respectivos Estados dos Investimentos nos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

A CBTU apresentou a relação dos contratos que compõem o valor a ser objeto de cisão complementar, conforme os acordos de estadualização para a CPTM, do Estado de

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

São Paulo e para a Central Logística, do Estado do Rio de Janeiro, não havendo manifestação quanto a aceitação ou contestação.

Considerando que as tratativas com relação as cisões não foram concluídas, em 2019 foi provisionado o total dos investimentos do Rio de Janeiro e de São Paulo como Provisão ao Valor Recuperável desses investimentos, conforme fundamento nos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 27 – Ativo Imobilizado e CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Estes valores serão baixados quando da cisão com as empresas beneficiárias.

No exercício de 2021 a CBTU reverteu o montante de R\$ 703.417 mil da Provisão ao Valor Recuperável, pela estimativa de desvalorização em função do tempo, sendo utilizado como parâmetro as taxas de depreciação dos investimentos, face as tratativas com a Central Logística e CPTM, de modo a demonstrar de forma a demonstrar seu valor atual para efeito das cisões.

As imobilizações em andamento podem ser demonstradas como segue – **valores em R\$ mil:**

	Mar/2022	Dez/2021
Sistema de Belo Horizonte	73.508	73.508
Sistema de Recife	186.359	183.376
Sistema do Rio de Janeiro	272.684	272.684
Sistema de São Paulo	230.090	230.090
Outras Obras	158.691	143.960
Subtotal:	921.332	903.618
Correção Monetária – Lei 8.200/91	32.810	32.810
Redução Valor Recup. Imobilizado	(583.086)	(583.086)
Total:	371.056	353.342

NOTA 08 – INTANGÍVEL

Está representado basicamente por direitos de uso e aquisição de softwares, sendo amortizados no prazo de vida útil definido.

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

	Mar/2022	Dez/2021
Saldo do Exercício Anterior	5.351	5.363
Adições	9	-
Amortizações	-	12
Saldo do Exercício	5.360	5.351

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 09 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para Contingências representa a estimativa de riscos futuros com ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, movidas contra a empresa, em conformidade com a legislação societária e pronunciamento nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25). As provisões constituídas em 31 de março de 2022 contemplam todas as ações conhecidas pela Empresa.

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

PROVÁVEIS	CÍVEIS	TRABALHISTAS	TRIBUTÁRIAS	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	513.080	140.461	63.971	717.512
Reversão de Provisão	(16.384)	(10.341)	(414)	(27.139)
Provisão do Exercício	212.049	4.866	(28.404)	188.511
Saldo em 31/03/2022	708.745	134.986	35.153	878.884

O cálculo da provisão considera o valor provisionado menos os pagamentos de sentenças, logo o ajuste no resultado é pelo valor líquido que no caso corresponde a R\$ 188.511 mil subtraído de R\$ 27.139 mil, resultando no ajuste na DRE de R\$ 161.372 mil.

A variação no exercício é devido ao provisionamento do valor de R\$ 220.022 mil do processo nº 0820880-66.2019.4.05.8300, do contrato 19/98 DT, movido pela empresa Construtora OAS, decorrente de atrasos no cronograma das obras por atrasos em desapropriações por parte da CBTU. O processo está em curso, com apresentação do cálculo do exequente, motivo pelo qual provisionamos o valor apresentado de forma conservadora, apesar de não concordarmos e estarmos contestando os cálculos, sem ainda ter decisão definitiva quanto aos mesmos.

Ressalta-se ainda que os valores foram estimados, podendo haver alterações quando ocorrer a real liquidação da obrigação e que o cumprimento das obrigações também depende da intimação judicial e de dotação orçamentária disponibilizada pelo Ministério da Economia.

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES A PAGAR

Refere-se a obrigações diversas a pagar onde os valores mais relevantes são as Provisões para o 13º Salário, Pensões Vitalícias e de Repasses de Integração Tarifária de BH e Recife, conforme demonstrativo abaixo:

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

	Mar/2022	Dez/2021
13º Salário	8.788	-
Pensão Vitalícia	3.532	3.677
Integração Tarifária	1.145	1.410
Outras	801	648
Saldo em 31/03/2022	14.266	5.735

NOTA 11 – RECEITA DIFERIDA

Refere-se a contrato de locação para utilização de áreas de domínio da CBTU, que consiste basicamente na implantação de sistema cabo ótico destinado a serviço de telecomunicação.

O presente contrato vigerá pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de dezembro de 1999, com a realização da receita no valor mensal de R\$15,9 mil.

NOTA 12 – RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

Registra os recursos da União em investimentos para futuro aumento de capital, bem como os encargos financeiros pela variação da SELIC, oriundos da aplicação dos dispositivos do Decreto Nº 2.673 de 16 de julho de 1998.

No exercício, permanece ainda o valor de R\$ 9.364 mil (2021 – R\$ 9.142 mil) referente a atualização da SELIC no Passivo Não Circulante devido ao interstício entre a data da assembléia de 16/12/2019 e a data base utilizada para cálculo de 31/10/2019, sendo atualizado mensalmente.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital Social

O Capital Social integralizado está representado por 18.642.346.765.885 ações ordinárias nominativas com 100% de participação da União, sendo R\$ 6.596.610 mil.

Em 19/11/2021, ocorreu a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou pela cisão parcial de dois terrenos da STU Belo Horizonte para a empresa Veículo de Desestatização MG Investimentos S/A – VD MG, resultando na redução de 3.155.886.260 ações, e R\$ 1.117 mil.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Reserva de Reavaliação de Bens

Constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita em função das depreciações, baixas e alienações dos referidos bens, registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Utilizando a faculdade prevista no CPC 13, a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa realização.

Recursos para Aumento de Capital

A partir do dia 21 de junho de 2018 a CBTU passou de Sociedade de Economia Mista para Empresa Pública, deixando assim de haver correção pela SELIC nos valores ingressados como Recursos para Aumento de Capital, bem como passaram a ser contabilizados no Patrimônio Líquido, conforme o Manual do SIAFI – Macro Função 02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas.

Patrimônio Líquido Negativo

Neste exercício, a CBTU apresentou Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 1.353.320 mil, devido aos prejuízos acumulados.

A CBTU é uma Empresa Pública Federal dependente do Tesouro Nacional e como tal não está sujeita a lei de falência. Qualquer necessidade de recursos é provida pelo Governo Federal, não existindo risco de continuidade operacional.

NOTA 14 – RECEITA BRUTA

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

	Mar/2022	Mar/2021
Transportes Ferroviários	43.050	33.225
Aluguéis e Arrendamentos	2.343	1.820
45.393	35.045	

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 15 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

Segue a composição de Custos dos Serviços Prestados – **valores em R\$ mil:**

	Mar/2022	Mar/2021
Pessoal, Encargos e Benefícios	134.852	150.702
Concessionárias	17.436	7.814
Serviços de Terceiros	26.109	20.700
Materiais	4.748	5.671
	183.145	184.887

NOTA 16 – SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

Corresponde a recursos recebidos da União para complementar as despesas da CBTU.

Composição das Subvenções Recebidas – valores em R\$ mil:

	Mar/2022	Mar/2021
Pessoal, Encargos e Benefícios	157.281	159.486
Despesas Decorrentes de Sentenças	120.157	63.630
Custeio	13.657	19.125
Total:	291.095	242.241

NOTA 17 – RESULTADO FINANCEIRO

Segue a composição de Receitas e Despesas Financeiras – **valores em R\$ mil:**

RECEITAS FINACEIRAS	Mar/2022	Mar/2021
Juros de Aplicações Financeiras	2.123	53
Outras	17	5
TOTAL	2.140	58
DESPESAS FINACEIRAS	Mar/2022	Mar/2021
Juros e Encargos da Dívida com a REFER	124.445	159.084
Variação Cambial e Encargos de Financiamentos	-	29.410
Variação Monetária dos Rec. p/ Aumento de Capital	222	42
Outras	96	20
TOTAL	124.763	188.556
Total	(122.623)	(188.498)

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 18 – INDÍCES ECONÔMICOS

Segue a composição dos Índices Econômicos:

	Mar/2022	VAR %	Dez/2021
LIQUIDEZ CORRENTE	0,32	77,78	0,18
LIQUIDEZ GERAL	0,10	-	0,10
ENDIVIDAMENTO	133,35	5,43	126,48
SOLVENCIA GERAL	0,75	(5,08)	0,79
GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS	(0,32)	10,15	(0,29)
IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(183,88)	(13,74)	(213,18)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o estabelecido no pronunciamento técnico CPC 05 - divulgação sobre partes relacionadas, enquadrando-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação. As transações da CBTU em março de 2022 e 2021 foram as seguintes:

a) Composição das Partes Relacionadas – valores em R\$ mil:

PARTE RELACIONADA	VALOR DOS CONTRATOS	VALOR PAGO	
		Mar/2022	Mar/2021
EBCT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	2.243	23	40
DATAPREV	287	-	8
EBC-EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO	410	-	3
IMPRESNA NACIONAL	281	-	-
PETROBRÁS	30.143	1.242	912
<hr/>			
PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	PARTE RELACIONADA		
ANDREA MARIA RAMOS LEONEL	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE		
BERNARDO SOUZA BARBOSA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MINISTÉRIO DA ECONOMIA		
CIRANO LOPES DE OLIVEIRA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CBTU		
JAIME LEONCIO SINGER	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE		
JOSÉ MARQUES DE LIMA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIR. PRESIDENTE - CBTU		
MANOEL RENATO MACHADO FILHO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MINISTÉRIO DA ECONOMIA		
WELERSON CAVALIERI	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE		
PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO	DIRETOR DE PLANEJAMENTO - CBTU		
SÉRGIO SAMPAIO SESSIM	DIRETOR TÉCNICO - CBTU		
JOSÉ DIAS DA SILVA FILHO	GERENTE GERAL GESTÃO FINANCEIRA		

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 20 – PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

Em 08/05/2019, através da Resolução CPPI nº 60, a CBTU foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência – PPI e do Programa Nacional de Desestatização – PND, ratificada pela publicação do Decreto 9.999 de 03/09/2019.

A Resolução CPPI nº 160 de 02/12/2020 aprovou a Reestruturação Societária da CBTU com a criação de 05 subsidiárias integrais, com versões de parcelas de seu patrimônio pertinentes das atividades das suas Superintendências Regionais.

A reestruturação societária está em curso, devendo ser finalizada até julho de 2022, o que implicará na alteração da estrutura societária da CBTU de matriz e filiais para uma Holding, no caso da Administração Central, com 5 subsidiárias integrais.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2022.

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO
Diretor de Administração e Finanças – Interino

JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
Contador – CRC-RJ 062.918